



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso - Licenciatura em Direito

Unidade curricular

Direito da União Europeia – 2.º ano, turma A - turno Dia

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira (2h)

Outros docentes na unidade curricular

José Renato Gonçalves (6h); Paulo Alves Pardal (2h); Marco Capitão Ferreira (2h); Miguel Sousa Ferro (4h);
Alexandra Marques (4 h)

Conteúdos programáticos

I. Introdução

1. Apresentação da cadeira
 - 1.1. Porquê estudar Direito da União Europeia
 - 1.2. Programa da cadeira
 - 1.3. Materiais de estudo
 - 1.4. Aulas práticas
 - 1.5. Avaliação
2. Cooperação intergovernamental e integração
 - 2.1. Teorias da integração económica
 - 2.2. Cooperação v. integração: teoria política
 - 2.3. Organizações europeias intergovernamentais: OCDE, Conselho da Europa...
 - 2.4. Integração e cooperação no seio da União Europeia: os três pilares da UE e sua evolução
 - 2.5. Natureza jurídica da União Europeia

II. História, enquadramento geral e ponto da situação da integração europeia

3. Pré-história da integração europeia: impérios e sonhos
4. Projeto de integração europeia
 - 4.1. Contextualização histórica e económica
 - 4.2. CECA
 - 4.3. Comunidade Europeia de Defesa
 - 4.4. Comunidade Europeia de Energia Atómica
 - 4.5. CEE
5. Evolução dos tratados
 - 5.1. Tratados originais
 - 5.2. Tratado de fusão
 - 5.3. Ato Único Europeu
 - 5.4. Tratado de Maastricht



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 5.5. Tratado de Amesterdão
- 5.6. Tratado de Nice
- 5.7. (Constituição para a Europa)
- 5.8. Tratado de Lisboa

- 6. Alargamentos da União Europeia
- 6.1. Os alargamentos oficiais, suas vicissitudes e contrapartidas
- 6.2. A redução do território da UE
- 6.3. O alargamento silencioso
- 6.4. Anteriores e atuais pedidos de adesão
- 6.5. Relação da UE com a Associação Europeia de Livre Comércio
- 6.6. O “BREXIT” e o artigo 50.º do TFUE: perspetivas futuras

III. Introdução ao sistema institucional da UE

- 7. As instituições da UE e sua evolução
- 7.1. Comissão Europeia
- 7.1.1. Composição e modo de nomeação
- 7.1.2. Independência
- 7.1.3. Poderes
- 7.1.4. Monopólio de iniciativa legislativa
- 7.1.5. Guardiã dos Tratados
- 7.1.6. Organização e funcionamento
- 7.1.7. O Alto Representante para os Negócios Estrangeiros
- 7.2. Conselho Europeu
- 7.2.1. Composição e evolução histórica
- 7.2.2. Poderes e funções
- 7.3. Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros)
- 7.3.1. Composição e formações
- 7.3.2. Poderes e funções
- 7.3.3. Regras de deliberação
- 7.4. Parlamento Europeu
- 7.4.1. Composição e evolução histórica
- 7.4.2. Poderes e funções
- 7.5. Tribunal de Justiça da União Europeia
- 7.5.1. Tribunal de Justiça, Tribunal Geral e Tribunal da Função Pública
- 7.5.2. Composição dos tribunais
- 7.5.3. Competência do Tribunal Geral
- 7.5.4. Competência do Tribunal de Justiça
- 7.6. Banco Central Europeu
- 7.6.1. O BCE e o Sistema Europeu de Bancos Centrais
- 7.6.2. Composição e independência
- 7.6.3. Funções monetárias e consultivas
- 7.7. Outras instituições e órgãos – breve referência
- 7.7.1. Tribunal de Contas Europeu
- 7.7.2. Comité Económico-Social e Comité das Regiões
- 7.7.3. Provedor de Justiça e Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)
- 7.7.4. Banco Europeu de Investimento
- 7.7.5. Serviço de ação externa
- 7.7.6. Agências europeias

IV. O Direito da UE – princípios e fontes

- 8. Princípios fundamentais da União Europeia
- 8.1. Princípio democrático
- 8.2. Princípio da liberdade económica



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 8.3. Princípio da coesão económica e social e solidariedade
- 8.4. Princípio da não discriminação
- 8.5. Princípio da cooperação leal
- 8.6. Princípio da especialidade
- 8.7. Princípio da subsidiariedade
- 8.8. Competências exclusivas, partilhadas e de apoio: delimitação constitucional da transferência de soberania dos Estados-membros

9. Fontes do Direito da UE
 - 9.1. Direito primário
 - 9.1.1. Tratados europeus e protocolos
 - 9.1.2. Processo de revisão dos tratados
 - 9.2. Direito secundário: atos nominados e inominados
 - 9.3. Regulamentos
 - 9.3.1. Aplicabilidade direta e imediata
 - 9.3.2. Consequências na ordem jurídica nacional
 - 9.4. Diretivas
 - 9.4.1. Força obrigatória e destinatários
 - 9.4.2. Liberdade de escolha de meios e formas de transposição
 - 9.4.3. Efeito direto vertical ascendente
 - 9.5. Decisões
 - 9.6. Princípios gerais de direito
 - 9.7. Direito internacional
 - 9.7.1. Tratados celebrados pela União com terceiros
 - 9.7.2. Tratados celebrados pelos Estados membros entre si ou com terceiros
 - 9.7.3. Atos de organizações internacionais
 - 9.8. Acordos interinstitucionais
 - 9.9. Jurisprudência
 - 9.10. Doutrina

10. Primado do Direito da UE
 - 10.1. Origem jurisprudencial do primado
 - 10.2. Fundamento
 - 10.3. Âmbito
 - 10.4. Consequências na ordem jurídica interna
 - 10.5. O primado e o direito constitucional
 - 10.6. O limite do primado

11. Aplicabilidade direta e efeito direto
 - 11.1. Aplicabilidade direta de regulamentos e decisões
 - 11.1.1. Importância e consequências
 - 11.1.2. Proibição de normas nacionais sobrepostas
 - 11.2. Efeito direto de normas dos Tratados e de Diretivas
 - 11.2.1. Origem jurisprudencial do efeito direto
 - 11.2.2. Requisitos do efeito direto
 - 11.2.3. Efeito direto vertical ascendente
 - 11.2.4. Ausência de efeito direto horizontal e modos de colmatar esta lacuna
 - 11.2.5. Conceito amplo de Estado

- V. Garantia jurisdicional do Direito da UE
 12. Tribunais nacionais como tribunais comuns da UE
 - 12.1. Obrigação de aplicação do Direito da UE pelos tribunais nacionais
 - 12.2. Exemplos de contextos em que pode ser invocado o Direito da UE perante tribunais nacionais
 - 12.3. Cooperação entre tribunais nacionais e a Comissão Europeia
 - 12.4. Relação entre tribunais nacionais e o TJUE



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 12.5. Mecanismo das questões prejudiciais (processo de reenvio)

- 13. Contencioso perante o TJUE e TGUE
 - 13.1. Ação por incumprimento
 - 13.2. Recurso de anulação
 - 13.3. Recurso por omissão
 - 13.4. Ação de indemnização

- VI. Liberdades de circulação de mercadorias, serviços e capitais e cidadania
 - 14. Liberdade de circulação de mercadorias
 - 14.1. Abolição de tarifas e impostos à circulação interna
 - 14.2. Medidas de efeito equivalente
 - 14.3. Exceções – restrições permitidas
 - 14.4. Desenvolvimento jurisprudencial

 - 15. Liberdade de circulação de serviços
 - 15.1. Conceito de serviço, prestador de serviços e beneficiário de serviço
 - 15.2. Direito primário da livre circulação de serviços
 - 15.3. Diretiva Bolkenstein
 - 15.4. A liberdade de prestação de serviços por advogados

 - 16. Liberdade de circulação de capitais – breve referência

 - 17. Cidadania europeia e liberdades económicas

 - 18. Schengen e Europa Social

- VII. União Económica e Monetária
 - 19. A UEM
 - 19.1. Introdução histórica
 - 19.2. Mecanismos fundamentais da União Económica
 - 19.3. Mecanismos fundamentais da União Monetária: o Euro
 - 19.4. O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e suas revisões
 - 19.5. O Tratado Orçamental
 - 19.6. A regulamentação europeia de âmbito orçamental: o six-pack e o two-pack

- VIII. Política de concorrência
 - 20. Introdução ao direito europeu da concorrência
 - 20.1. Práticas anticoncorrenciais coletivas
 - 20.2. Práticas anticoncorrenciais unilaterais
 - 20.3. Relação com direito nacional da concorrência
 - 20.4. Esquema institucional de aplicação

 - 21. Regime dos auxílios de Estado
 - 21.1. Justificação e objetivos do regime
 - 21.2. Normas primárias e secundárias
 - 21.3. Proibição, exceções e isenções
 - 21.4. Procedimento de controlo de auxílios de Estado
 - 21.5. Consequências da atribuição ilegal de auxílios de Estado e mecanismos de reação dos particulares



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Metodologias de ensino (em especial, as metodologias de ensino à distância utilizadas na unidade curricular)

A exposição introdutória da matéria nas aulas teóricas apostará na promoção do diálogo e reflexão, sendo complementada pelo trabalho de análise de um conjunto previamente selecionado de documentos e acórdãos do TJUE nas aulas práticas. Espera-se que os alunos preparem previamente os documentos que serão analisados em cada aula.

No segundo semestre do ano 2019-20, para obviar o impedimento de aulas presenciais, têm sido/serão facultados diversos elementos de estudo, incluindo aulas gravadas, jurisprudência e legislação, enviados por correio eletrónico e ou arquivados na página da unidade curricular na plataforma de *e-Learning* da Universidade/Faculdade, permanentemente consultável, bem como aulas lecionadas ao vivo através da aplicação *Zoom*.

Elementos de avaliação e respetiva ponderação

A avaliação em subturma será estrutura do seguinte modo:

- a) Participação em aula (eventualmente incluindo exposições): 50%
- b) Outros elementos escritos: 50%

Bibliografia principal

EDUARDO PAZ FERREIRA (coord.) / et al., *Integração e Direito Económico Europeu*, Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (A. A. F. D. L.), 2018.

EDUARDO PAZ FERREIRA (coord.) / et al., *União Europeia: Reforma ou Declínio*, Lisboa: Vega, 2016.

EDUARDO PAZ FERREIRA, *Da Europa de Schuman à Não Europa de Merkel*, Lisboa: Quetzal, 2014.

Ana Maria Guerra Martins, *Manual de Direito da União Europeia*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2017.

João Mota de Campos / João L. Mota de Campos, António Pinto Pereira, *Manual de Direito Europeu: o sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*, 7ª ed., Coimbra Editora, 2014.

Paula Vaz Freire, *Mercado interno e União Económica e Monetária: Lições de direito económico da União Europeia*, Lisboa: AAFDL, 2013.